

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 705/2024

AUTOR: Deputado **LEO BARBOSA**

ASSUNTO: Institui o documento de identidade funcional em formato digital para policiais Militares, Policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado **NILTON FRANCO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado Leo Barbosa, o Projeto de Lei nº 705/2024, que “Institui o documento de identidade funcional em formato digital para policiais militares, policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado do Tocantins”.

Aduz o autor que o Projeto de Lei tem como objetivo principal de proteger as vidas dos policiais militares e civis, bem como dos demais funcionários de segurança pública do Estado do Tocantins, através do estabelecimento de sua identidade funcional em formato digital.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

II – VOTO

Não obstante o intuito meritório do projeto, por razões de ordem constitucional e legal, ao instituir o documento de identidade funcional em formato digital para policiais militares, policiais civis e demais agentes de segurança pública do Estado do Tocantins, recomenda-se a rejeição total à proposição.

Com efeito, o projeto de lei em tela, ao dispor sobre servidor público, delibera, em viés tipicamente administrativo, invadindo competência privativa do Chefe do Poder Executivo, reservada pelo art. 27, § 1º, alínea "c", nos seguintes termos:

"Art. 27. (...)

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

(...)

b) **organização Administrativa;**

c) **servidores públicos do Estado;**

"

A iniciativa parlamentar de lei que versa sobre organização administrativa e Servidores Públicos do Estado, denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio constitucional da reserva da administração

Assim, sob o aspecto material, a instituição de novas ações governamentais pelo Poder Legislativo e a imposição ao Poder Executivo ao princípio da separação de poderes previsto no art. 2º da Constituição Federal, reproduzido por simetria no art. 4º da Constituição Estadual.

Ante o exposto, por apresentar vício insanável de iniciativa e por ofensa à separação dos Poderes Constituídos, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do **Projeto Lei nº 705/2024**, por manifestar inconstitucionalidade.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2024.



Deputado **NILTON FRANCO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) NILTON FRANCO, referente ao(a) PL n° 705/2024

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao) ARQUIVO.....

.....

Sala das Comissões, 12 de Junho de 2024

Deputado NILTON FRANCO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. GIPÃO()	Dep. MOISEMAR MARINHO()
Dep. CLAUDIA LELIS(x)	Dep. VANDA MONTEIRO()
Dep. CLEITON CARDOSO(x)	Dep. VALDEMAR JÚNIOR()
Dep. NILTON FRANCO(x)	Dep. CLEITON CARDOSO()
Dep. PROF. JÚNIOR GEO(x)	Dep. GUTIERRES TORQUATO()

MEMBROS SUPLENTE